

RECENSÃO

EUROPEAN DAWN – AFTER THE SOCIAL MODEL, Johnny Munkhammar (2005), por João Ricardo Catarino

Johnny Mattias Munkhammar é um politólogo sueco ligado ao grupo de análise social conhecido por Timbro, através do *Timbro Media Institute*, com sede em Estocolmo, a organização que defende o livre mercado, a liberdade de iniciativa e social, estuda a acumulação da riqueza e promove o desenvolvimento social global. Munkhammar obteve o título de Mestre em ciências sociais pela *Uppsala University* (1477) em 1989, tendo trabalhado no *European Enterprise Institute* e no *Centre for European Analysis*. Foi candidato pelo partido liberal sueco e defendeu a adopção do Euro pelo seu país.

Munkhammar vem há muito dedicando as suas energias ao estudo das questões relacionadas com o modelo social europeu, a distribuição da riqueza, o Estado social e o empobrecimento da Europa, verificado sobretudo desde os anos setenta no passado século. Porque razão o modelo de desenvolvimento europeu apresenta tantos e tão evidentes sinais de cansaço, pergunta-se. Esta interrogação é, de resto, o ponto central deste seu livro.

O seu ainda recente livro, *European Dawn – After the social model*, publicado primeiramente em 2005 pelo Timbro Publishers, Estocolmo, e agora reeditado, vem na linha do extenso pensamento já desenvolvido pelo autor em estudos anteriores, nos quais ele procura um racional para o declínio do modelo de desenvolvimento europeu. Munkhammar é praticamente desconhecido entre nós, e mesmo entre os estudiosos dos fenómenos sociais e da sua componente financeira, fazendo com que o seu pensamento constitua uma visão inovadora e curiosa para nós, europeus. De facto, ele desenvolve um argumentativo muito interessante sobre as causas do abrandamento do crescimento económico na Europa, da perda de emprego, do crescimento do número de pessoas que vive na dependência financeira crónica das ajudas do Estado, ao mesmo tempo que as prestações sociais se deterioram, fazendo lembrar, perdoe-se-nos a comparação, o discurso rico e travesso, entre nós desenvolvido por Medina Carreira, como bem sabemos (v. g. *O Dever da Verdade*, 2007).

Porquê? Quem é responsável? O que deve ser feito? São perguntas às quais Munkhammar procura responder, interpretando os sinais desde cansaço dos europeus e do seu modelo. Defendendo que o arquétipo social europeu e a sua superioridade moral estão sendo exauridos pelo modelo de Estado

social europeu, que é, na perspectiva do autor, não a solução, ao contrário do que muitos imaginam, mas a fonte dos problemas, Munkhammar preconiza mudanças profundas.

Nesta obra, porém, o pensamento do autor surge mais estruturado. Do que nele se trata é de questionar a racionalidade deste modelo social, colocando a questão de saber se ele continua adequado às necessidades do nosso tempo, ao mercado aberto, ao desemprego crónico, à deslocalização massiva dos factores de produção, à globalização em suma. Uma boa síntese do que o leitor interessado pode aqui encontrar, está precisamente no discurso de Tony Blair no Parlamento Europeu, que cita a págs. 8, quando questionou que tipo de modelo social é este que tem 20 milhões de desempregados, uma taxa de produtividade económica em declínio há décadas, que permite que se formem mais cientistas e investigadores na Índia do que na Europa e cujos rácios de registo de patentes, investimento tecnológico e outros parâmetros essenciais, continuam declinando.

Munkhammar critica a economia dirigida em que se transformou o espaço europeu, excessivamente regulamentada, que tolhe o desenvolvimento em vez de o desencorajar e critica a economia do bem-estar em vez da liberdade económica.

É neste contexto algo desalinhado, que o autor confirma a tendência da baixa das taxas de impostos para certos rendimentos – precisamente os mais expostos à volatilidade dos mercados abertos. Ele indica factores de vária ordem: de um lado, os impostos europeus ainda se situam entre os mais elevados do mundo. Com o abrandamento do crescimento económico, o declínio do modelo social do emprego e da riqueza gerada teremos uma diminuição das receitas fiscais. De outro, entende que a pressão fiscal total tem um efeito relevante no crescimento económico, ao contrário da percepção geral. Existe, defende, uma influência negativa entre altas taxas de imposto e crescimento económico.

Com isso, Munkhammar defende que a alta mobilidade dos ganhos associados aos capitais e aos mercados financeiros continuará a determinar uma pressão para baixo dos seus níveis de tributação. Em sentido oposto, isso continuará a determinar um efeito inverso nos rendimentos menos volúveis, como é o caso do trabalho dependente ou dos impostos sobre a propriedade imobiliária.

O incremento da mobilidade dos factores tradicionais de produção: o capital, o trabalho e a empresa e os novos factores técnicos de mobilidade criam um contexto internacional favorável à competição fiscal, que o autor aborda, tratando especificamente as questões da crescente volubilidade do conhecimento e da riqueza possuída, da importância do factor capital no desenvolvimento das sociedades humanas, mas também da competição fiscal.

A Europa do futuro próximo será assim uma Europa onde, em parte, os impostos descerão, mantendo-se elevados para outros rendimentos como os do trabalho, pese embora a descida das taxas marginais mais altas. Onde as despesas sociais tenderão a crescer, o sector público será cada vez mais e mais chamado a incrementar e a diversificar a oferta pública, onde um grupo cada vez menor de cidadãos terá de ser chamado a suportar os encargos de um grupo crescente dos que necessitam. Há uma corrida a formas de tributação sucedânea, obrigando-se os cidadãos a pagar por serviços públicos até aqui gratuitos. Se não for liberalizado o mercado de trabalho, privatizados em medida certa os cuidados de saúde, aberta a regulamentação de trabalho, estimulada a concorrência de vastos sectores em vez da subsídio, a Europa não conseguirá manter os actuais níveis de desenvolvimento em mercado aberto.

O futuro do modelo social europeu e as suas formas de financiamento, maioritariamente através de impostos, constitui o destaque principal no livro, sendo abordado sob três aspectos, a saber: (1) como questão moral, (2) como factor nuclear do desenvolvimento económico e, (3) como indicador de liberdade económica.

A questão do futuro não tem apenas uma vertente económica, onde normalmente é tratada, mas é também um factor de luta pelos direitos humanos e pela liberdade individual. Numa Europa mais heterogénea, carente da protecção de certos direitos e valores institucionais dos indivíduos, como é o caso da propriedade privada, importa observar se a elevada tributação não é já tão expressiva que possa ser fundamento para uma espécie de “*habeas corpus*” patrimonial.

Os complexos regimes fiscais europeus, caros e amputadores da iniciativa individual são criticados pelo autor, que defende a sua revisão, em benefício dos agentes no mercado, da economia global e da produção da riqueza e do rendimento.

A competição fiscal é um factor nuclear do desenvolvimento económico, pois sem ela o corte nas taxas dos impostos sobre o rendimento não se teria dado, permanecendo, para as pessoas singulares na faixa dos 70%, os sistemas de taxa única não teriam sido implementados, e os governos seriam maiores e não teriam aberto mão dos seus monopólios fiscais. Assim, Munkhammar defende que competição fiscal pode constituir um relevante factor de redução do tamanho dos governos, dos seus orçamentos e da burocracia associada. A competição fiscal internacional dentro de certos limites, revela-se benéfica para todos.

A competição fiscal internacional saudável deve ser aplaudida. Ela constitui uma questão chave ao encorajar os governos a reduzir a tributação dos investimentos e da poupança. Tal competição é uma condição de melhoria dos níveis de vida das populações. A competição fiscal como indicador de liberdade económica é inevitável num mundo cada vez mais aberto, e pode muito bem ser um instrumento adequado a sustentar o tamanho dos governos e dos seus recursos, obrigando-os a uma *dieta fiscal* reduzindo os gastos e as políticas públicas.

O autor defende ainda a melhoria do funcionamento das instituições públicas, não podendo dar-se ao luxo de ser ineficientes, no incremento das condições de vida e na reorientação das (legítimas) opções dos agentes económicos. Munkhammar preconiza assim um corte das taxas do imposto, um sistema de taxa única para todos os rendimentos como forma de melhorar o rendimento disponível, incentivar a poupança e incrementar o crescimento. Defende uma igual redução para o imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas, na esteira da tendência que já se vem verificando em resultado da competição fiscal internacional.

Num momento de grave crise financeira e económica mundial, em que a OCDE prepara, tanto quanto se sabe, nova lista “negra” das jurisdições não amigáveis à troca de informações para efeitos de controlo da evasão fiscal, onde, aparentemente, o Luxemburgo a Áustria e até a Suíça serão incluídas, podendo sofrer sanções e ver revogados os seus ADT’s com a comunidade internacional, esta obra aponta caminhos e cita exemplos concretos. É do maior interesse o raciocínio que desenvolve em torno da ideia de reformar já posta em prática por alguns países, como é o caso do Canadá ou da Holanda, que encetaram já verdadeiras revoluções silenciosas ao reduzir os gastos públicos em percentagem do PIB sem fazer cair drasticamente o modelo de desenvolvimento económico e social. Um exemplo que, segundo Munkhammar, toda a Europa deveria seguir.

Os argumentos neste respeito expendidos são do maior interesse para os que se preocupam com as coisas da fiscalidade e pretendem conhecer as tendências da tributação neste início de século. Um livro que, do nosso ponto de vista, vale a pena ler e conservar por perto, como referência futura.